

Programa de Atenção Integral à Família (PAIF): perfil das famílias cadastradas e fatores de vulnerabilidade

Nascimento, Ana Carolina Peixoto; Curado, Fabiana Fleury

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Nascimento, A. C. P., & Curado, F. F. (2017). Programa de Atenção Integral à Família (PAIF): perfil das famílias cadastradas e fatores de vulnerabilidade. *Revista Desafios*, 4(3), 16-24. <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2017v4n3p16>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more information see: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF): PERFIL DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS E FATORES DE VULNERABILIDADE



Revista
Desafios

Artigo Original
Original Article
Artículo Original

Program of Integral Attention to the Family (PAIF): profile of registered families and vulnerability factors

Programa de Atención Integral a la Familia (PAIF): perfil de las familias registradas y factores de vulnerabilidad

Ana Carolina Peixoto Nascimento^{*1}, Fabiana Fleury Curado¹

¹Centro Universitário Luterano de Palmas, CEULP-Ulbra, Palmas, Tocantins, Brasil.

*Correspondência: Av. Joaquim Teotônio Segurado, 1501 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP 77000-900. e-mail ana.carol57@hotmail.com

Artigo recebido em 02/04/2017 aprovado em 22/06/2017 publicado em 13/07/2017.

RESUMO

O presente trabalho propõe explorar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o perfil das famílias cadastradas e seus fatores de vulnerabilidade como requisitos para cadastro no Programa, à luz da intervenção realizada durante o período de estágio em ênfase de Psicologia. Esse escrito teve como objetivo verificar o perfil das famílias cadastradas e fatores de vulnerabilidade, baseado nos pressupostos da política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Outrossim, foi possível, através da intervenção supracitada, criar um instrumento de gestão de processos de trabalho, propondo auxiliar os profissionais do serviço na apreensão dos aspectos de vulnerabilidade das famílias, dar os devidos encaminhamentos e propor as estratégias necessárias para a autonomia e protagonismo dos indivíduos. Após a análise dos fatores de vulnerabilidade, pode-se constatar que apenas metade das famílias cadastradas no momento da intervenção apresentavam perfil para acompanhamento pelo Programa, e, ainda assim, não estava sendo realizado o devido acompanhamento.

Palavras-chave: Assistência Social; Vulnerabilidade Social; Psicologia

ABSTRACT

The present work proposes to explore the Program of Attention to the Family (PAIF), the profile of registered families and their vulnerability factors as requirements for enrollment in the Program, in the light of the intervention carried out during the internship period in Psychology emphasis. This paper aimed to verify the profile of registered families and vulnerability factors, based on the assumptions of the Unified Social Assistance System (SUAS). It was also possible, through the above mentioned intervention, to create a work process management tool, proposing to help the service professionals in apprehending the aspects of vulnerability of the families, to give the necessary referrals and to propose the necessary strategies for the autonomy and protagonism of the Individuals. After analyzing the vulnerability factors, it can be seen that only half of the families enrolled at the time of the intervention presented a profile for follow-up by the Program, and yet, the follow-up was not being carried out.

Keywords: Social assistance; Social vulnerability; Psychology

RESUMEN

El presente trabajo propone explorar el Programa de Atención Integral a la Familia (PAIF), el perfil de las familias registradas y sus factores de vulnerabilidad como requisitos para registrar en el Programa, a la luz de la intervención realizada durante el período de prácticas en énfasis de Psicología. Este escrito tuvo como objetivo

verificar el perfil de las familias registradas y factores de vulnerabilidad, basado en los presupuestos de la política del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS). Además, fue posible, a través de la intervención antes citada, crear un instrumento de gestión de procesos de trabajo, proponiendo auxiliar a los profesionales del servicio en la aprehensión de los aspectos de vulnerabilidad de las familias, dar los debidos encaminamientos y proponer las estrategias necesarias para la autonomía y el protagonismo Los individuos. Después del análisis de los factores de vulnerabilidad, se puede constatar que sólo la mitad de las familias registradas en el momento de la intervención presentaban perfil para seguimiento por el Programa, y aún así, no se estaba realizando el debido seguimiento.

Descriptor: Asistencia Social; La vulnerabilidad social; psicología

INTRODUÇÃO

A Rede Socioassistencial integra o SUAS, conforme definido pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe da organização da Assistência Social e tem três objetivos principais, tais sejam: a proteção social direcionada a garantia e qualidade de vida e redução de danos; a vigilância socioassistencial que objetiva a análise territorial das famílias e sua capacidade de proteção; e, por fim, a garantia de pleno acesso aos direitos dos cidadãos (BRASIL, 1993). Diante desse cenário, a Rede Socioassistencial trata de um conjunto de equipamentos que ofertam serviços e programas a fim de garantir a proteção social básica e especial, além de possibilitar um espaço democrático de articulação entre pessoas e serviços (CMAS, s/d).

Tais objetivos são concretizados por meio dos equipamentos da assistência social para garantir a proteção social básica, entendida como situações de vulnerabilidade e risco social (descrita no Art. 6º da lei acima). Os equipamentos são: os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), e os Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), que entende situações de violação de direitos e risco pessoal ou social. Conforme elucida o § 1º, da lei supracitada, o CRAS é um equipamento público territorial, localizado em áreas de vulnerabilidades e riscos sociais, destinado à articulação com a rede intersetorial e a prestação de

serviços de proteção social básica às famílias assistidas (BRASIL, 2013).

Os programas e serviços ofertados pelo CRAS são: benefícios de prestação continuada – 1 (um) salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso com mais de 65 anos, comprovando que não possuem renda ou meios de garantir sua manutenção; benefícios eventuais – são as concessões provisórias e complementares prestadas às famílias em virtudes de vulnerabilidades pontuais, tais como morte, calamidade pública, nascimento, e outras; serviços – são as atividades continuadas que buscam à melhoria da qualidade de vida das famílias, como por exemplo, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); programas de assistência social – são as ações integradas com tempo e objetivos definidos, no intuito de qualificar e incentivar os benefícios e serviços ofertados pela assistência (BRASIL, 2013). A dizer deste último serviço temos o PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família) que consiste na prestação continuada de ações por meio do trabalho direto com as famílias que se encontram em vulnerabilidade social.

Os demais serviços ofertados pelos CRAS devem ser referenciados ao PAIF, mantendo a articulação de forma a garantir o trabalho social das famílias integradas ao PAIF, identificando suas necessidades e potencialidades, de modo a romper com o atendimento fragmentado e descontextualizado

(MDS, 2013). Dessa forma, os SCFV podem e devem se articular as demandas levantadas no PAIF para pensar em estratégias que atendam as famílias referenciadas.

A atuação da Psicologia na Política de Assistência Social está além das práticas assistencialistas, buscando a autonomia do sujeito por meio de atividades que visem a manutenção dos laços familiares, melhoria da qualidade de vida e a mudança de comportamento dos indivíduos (MESSIAS et. al., 2010).

Segundo as Referências Técnicas para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS (CFP, 2007), a prática do psicólogo na Assistência Social se baseia no fortalecimento dos usuários como sujeitos autônomos e de direitos sociais. Outrossim, “alterar o lugar do sujeito nas políticas de Assistência Social, potencializando a sua capacidade de transformação, envolve a construção de novos significados” (CFP, 2007), e, para isso, é necessário tornar o sujeito ativo no seu processo de mudança, tornando-o cidadão de voz nos aspectos histórico-culturais e afetivo-relacionais.

Esse trabalho é resultado da experiência de estágio em Psicologia em um CRAS de Palmas. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas, e a essa instituição compete promover a autonomia dos sujeitos atendidos e o fortalecimento de vínculos familiares.

Como resultado de experiência de estágio nesse CRAS fez-se uma análise do perfil das famílias cadastradas no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e dos fatores de vulnerabilidade identificados. A análise tinha como objetivo verificar se o perfil das dessas famílias cadastradas se encaixam nos pressupostos de vulnerabilidade da política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, o resultado final da intervenção proporcionou a criação de um instrumento que visa qualificar o grau

de vulnerabilidade das famílias assistidas pela unidade e, caso se encaixem no perfil, serem cadastradas no Programa.

Espera-se que esse instrumento permita aos profissionais do CRAS visualizarem os principais fatores de vulnerabilidade em cada família para, a posteriori, pensarem em estratégias de acompanhamento dessas famílias, baseando-se nos elementos apreendidos anteriormente por meio do instrumento.

MATERIAIS E MÉTODOS

As análises apresentadas nesse estudo foram resultado de uma intervenção realizada em um Centro de Referência em Assistência Social por meio do Estágio em Ênfase em Processos de Prevenção e Promoção de Saúde, requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Psicologia, e as informações produzidas foram de caráter quanti-qualitativo.

Foi utilizado o procedimento documental, pois a coleta de dados se deu por meio do estudo dos Prontuários SUAS das famílias cadastradas no PAIF desde 2013, que totalizaram 17 (dezessete) prontuários, que foi o quantitativo geral de famílias cadastradas no Programa à época. Para a análise das informações dos documentos, essas foram organizadas nas categorias presentes no Prontuário SUAS que são: forma de ingresso na unidade, área de moradia, motivo para o cadastro no PAIF, composição familiar, renda mensal familiar, condições habitacionais, condições educacionais, condições de trabalho e rendimento da família, condições de saúde, convivência familiar e comunitária, participação em serviços na unidade, situação de violência e violação de direitos, histórico de cumprimento de medidas socioeducativas e acolhimento institucional.

A análise de dados consistirá em relacionar as categorias supracitadas à literatura trazida ao longo do

trabalho e, por conseguinte, construir o conceito de vulnerabilidade a partir do apanhado de autores pesquisados. Ao final, apresenta-se o instrumento Escala de Vulnerabilidade no SUAS, oriundo da intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações obtidas serão apresentadas em forma de gráficos, tabelas e análises das categorias. É necessário esclarecer que os dados coletados e analisados ao longo desse trabalho estão com quantitativos desiguais, devido aos Prontuários SUAS estarem com preenchimento incorreto ou incompleto.

No que tange à forma de ingresso na unidade, encontrou-se que a maior parte dos cadastros na unidade se deram mediante demanda espontânea, totalizando 47% das famílias, enquanto 41% dos cadastros foram realizados por Busca Ativa pela equipe, e os encaminhamentos de outras unidades totalizam 12%.

Outrossim, no que concerne à área de moradia das famílias, 71% residem em área urbana, enquanto 23% residem em área rural, sendo assentamentos e chácaras, com difícil acesso geográfico e podendo apresentar riscos de alagamento e/ou desabamento.

Com base nos dados coletados, nota-se que o cadastro no PAIF está diretamente relacionado à solicitação e/ou concessão de benefícios eventuais (exemplo da cesta básica), sendo que 41% dos cadastros aconteceram em virtude desse motivo, enquanto que 12% das famílias foram cadastradas por casos de negligência e álcool e/ou drogas, indicadores de vulnerabilidade, conforme explorados no referencial estudado. Nos 29% cadastros realizados por outros motivos, não houveram informações suficientes nos prontuários para inferir os motivos. Por fim, 6% das famílias foram cadastradas por recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

No que tange à situação habitacional apenas um prontuário não estava preenchido. Dos demais analisados, 47% das famílias encontram-se residindo em casa própria, 35% residem em casa cedida e 12% em casa alugada. Este achado apresenta-se como positivo no que concerne à vulnerabilidade, visto que, a maior parte das famílias presentes na amostra deste estudo encontram-se residindo em casa própria, apesar das condições estruturais da residência.

Da composição familiar, verifica-se que 47% dos prontuários são de famílias com 3 a 5 moradores, 35% são famílias de 6 a 10 moradores, 12% compostos por famílias de 1 a 2 moradores e 6% acima de 11 moradores. Com base no exposto nota-se predominância de famílias compostas por 3 a 5 moradores.

No que diz respeito a renda familiar mensal¹, 18%, ou seja, 3 prontuários não foram preenchidos nessa categoria. Nota-se predominância significativa de 53% de famílias que recebem menos de 1 salário mínimo, seguido de 29% das famílias que recebem entre 1 e 2 salários mínimos. Não houveram dados de famílias que recebem mais de 3 salários mínimos.

A seguir, para as categorias: condições de moradia, condições educacionais, condições de trabalho e rendimento e condições de saúde serão apresentadas da seguinte forma: “Não há vulnerabilidade”, “Vulnerável” e “Muito vulnerável”. Vale ressaltar que os aspectos de vulnerabilidade não devem ser considerados particularmente, mas sim integrando as categorias para se chegar a um denominador comum.

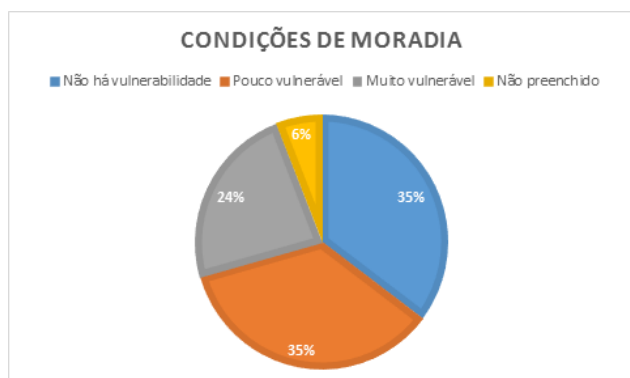
¹ Valor de referência do salário mínimo: R\$880,00, segundo a fonte G1 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/salario-minimo-em-2016-saiba-o-valor.html>.

Tabela 1. Categorias de análise qualitativa dos aspectos relacionados às condições de moradia, educação, trabalho e saúde das famílias cadastradas no PAIF no CRAS.

Não há vulnerabilidade	
Condições de moradia	Residência própria, fabricada em alvenaria, com medidor próprio de energia elétrica, possui água canalizada através de rede geral de distribuição, com rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta.
Condições educacionais	Membros alfabetizados, frequentando normalmente a escola.
Condições de trabalho e rendimento	Jovens e adultos trabalham com carteira assinada e/ou estágio remunerado.
Condições de saúde	Não há histórico de doenças graves, transtornos mentais, abuso de álcool e/ou outras drogas, mulheres gestantes e necessidade de acesso a remédios controlados*.
Vulnerável	
Condições de moradia	Residência alugada ou cedida, fabricada em alvenaria ou madeira, com medidor próprio ou compartilhado de energia elétrica, possui água canalizada através de rede geral de distribuição ou através de poço ou nascente, com rede coletora de esgoto ou fossa rudimentar e coleta de lixo indireta.
Condições educacionais	Membros alfabetizados, mas adultos/idosos não finalizaram o ensino médio e têm acesso à escola ou membros não alfabetizados e não finalizaram o ensino fundamental e têm acesso à escola.
Condições de trabalho e rendimento	Jovens e adultos possuem trabalho com carteira de trabalho assinada e recebem mais de 2 salários mínimos ou jovens e adultos trabalham com "bicos" (autônomo) e recebem quantia maior do que 2 salários mínimos.
Condições de saúde	*Há a presença de até 2 (dois) itens anteriores.
Muito vulnerável	
Condições de moradia	Residência cedida ou ocupada, fabricada com materiais precários (taipa, palha, lona), sem medidor de energia elétrica (acesso através de "gatos"), abastecimento de água por meio de sistema com captação de água da chuva ou por ominhão pipa, escoamento sanitário direto para vala ou rio, ou domicílio sem banheiro, e coleta de lixo indireta ou não possui.
Condições educacionais	Membros não alfabetizados e não têm acesso à escola ou membros não alfabetizados e crianças/adolescentes não estão frequentando creche/escola.
Condições de trabalho e rendimento	Jovens e adultos trabalham com "bicos" e recebem menos de 2 salários mínimos ou nenhum membro da família com vínculo empregatício (autônomo ou carteira assinada) e recebem apenas renda de programas sociais.
Condições de saúde	*Há a presença de 3 (três) ou mais itens anteriores.

A Figura 1 expõe a distribuição das famílias analisadas segundo as condições de moradia:

Figura 1. Distribuição das famílias cadastradas segundo as condições de moradia.



Com base na figura acima, é possível notar que 70% das famílias cadastradas encontram-se na zona de baixa vulnerabilidade, no que tange as condições de moradia, sendo 35% as famílias em que não há vulnerabilidade, e 35% as famílias em que há pouca vulnerabilidade. Nota-se, ainda, que 24% das famílias encontram-se muito vulneráveis, e 6% não tiveram seus prontuários preenchidos nesse quesito.

A Figura 2 expõe a distribuição das famílias analisadas segundo as condições educacionais:

Figura 2. Distribuição das famílias cadastradas segundo as condições educacionais



No que se refere às condições educacionais, nota-se que 47% das famílias cadastradas encontram-

se em pouca vulnerabilidade, enquanto que 18% não há vulnerabilidade e 12% estão em condições de muita vulnerabilidade; 23% dos prontuários não foram preenchidos nesse quesito.

A Figura 3 expõe a distribuição das famílias analisadas segundo as condições de trabalho e renda:

Figura 3. Distribuição das famílias cadastradas segundo as condições de trabalho e renda.



Essa categoria se destacou pelo alto índice de vulnerabilidade, sendo que 72% das famílias cadastradas apresentam-se com muita vulnerabilidade nas condições de trabalho e renda. Das famílias restantes, 17% apresentam-se com pouca vulnerabilidade, e 11% dos prontuários não foram preenchidos nesse quesito.

A Figura 4 expõe a distribuição das famílias analisadas segundo as condições de saúde:

Figura 4. Distribuição das famílias cadastradas segundo as condições de saúde.



Na figura acima, 53% das famílias cadastradas apresentam pouca vulnerabilidade nas condições de saúde; 6% não apresentaram vulnerabilidade, e 18% apresentaram muita vulnerabilidade; 23% dos prontuários não foram preenchidos nesse quesito.

Vale ressaltar que houveram prontuários incompletos ou não preenchidos em algumas categorias, o que prejudicou a análise mais detalhada dos quesitos mencionados anteriormente.

Diante do exposto nos gráficos, insta frisar que o trabalho continuado do PAIF, com as famílias em vulnerabilidade social, tem o intuito de fortalecer os vínculos familiares, promover o acesso aos seus direitos e auxiliar na melhoria da qualidade de vida (MDS, 2013). O desenvolvimento do trabalho do PAIF é guiado por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, e deve-se articular com a rede territorial para proporcionar o atendimento integral às famílias - serviços de saúde, justiça, lazer, educação (MDS, 2013).

Não obstante, a análise dos dados dos 17 prontuários SUAS sugere a descontinuidade desse acompanhamento, visto que, a parte dedicada à evolução das famílias não está preenchida na maioria dos prontuários e, além disso, não foi possível observar a articulação intersetorial dos serviços e atividades presentes no território.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013), o PAIF prioriza “famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social”.

O profissional psicólogo integra a equipe de assistência social de forma a constituir práticas interdisciplinares e garantir a compreensão dos

sujeitos em seu contexto cotidiano através das políticas de proteção social no SUAS.

Conforme a cartilha os psicólogos que trabalham no SUAS tem o “compromisso de oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar a cronificação dos quadros de vulnerabilidade, defender o processo democrático e favorecer a emancipação social” (CFP, 2007). Para atingir esses objetivos é necessário atuar em rede com os demais serviços presentes no território, desde os serviços de saúde, educação e justiça, aos pontos de cultura e lazer, compreendendo o indivíduo em suas necessidades sociais, históricas, biológicas, políticas e de entretenimento.

Diante disso, mostra-se a necessidade do psicólogo nos serviços da assistência social, visto que sua ação potencializa melhorias nos processos de gestão de grupos, tanto da equipe de trabalho, quanto dos grupos comunitários formados pelos usuários do serviço. Outrossim, a atenção dada aos processos psicossociais atuando em prática interdisciplinar potencializa o trabalho e auxilia na melhoria da qualidade de vida da população em vulnerabilidade social.

Apesar dos dados apresentados mostrarem fatores de vulnerabilidade nos prontuários estudados, compreende-se que nos CRAS existem outros serviços que podem atender a essas demandas e que, no caso do PAIF, deve-se dar atenção especial para àquelas famílias em extrema vulnerabilidade que necessitam de um acompanhamento sistemático e planejamento de estratégias para auxiliar no protagonismo e autonomia. O CRAS, enquanto um serviço da assistência social destinado a atender vulnerabilidades dos indivíduos, deve prestar, por meio de seus programas e ações, essa assistência. O PAIF, por outro lado, enquanto programa especial destinado a atender as famílias em precário ou nulo acesso aos serviços e níveis precários de vida, deve

ser direcionado a uma parcela da população referenciada do CRAS, para que a equipe técnica tenha condições de manter esse acompanhamento

Nos prontuários das famílias cadastradas, consta que duas delas estão inscritas e participam semanalmente dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV). A equipe fez convite para uma família visitada participar dos SCFV, e as demais não possuem informação disponível no prontuário acerca do acesso a serviços, programas e projetos que contribuam para convivência comunitária e fortalecimento de vínculos. Em oito prontuários pesquisados consta a concessão de benefícios eventuais (cesta básica e colchões de solteiro), nas demais famílias não existem informações preenchidas.

No que concerne aos itens: Situação de violência e violação de direitos, histórico de cumprimento de medidas socioeducativas e histórico de acolhimento institucional ou familiar não foram preenchidos em nenhum dos prontuários cadastrados. Dos 17 prontuários cadastrados, apenas um consta informações acerca do Planejamento e evolução do acompanhamento familiar, os demais estão em branco.

Dessa forma, é importante traçar um conceito de vulnerabilidade, de modo a qualificar os fatores apresentados anteriormente. A vulnerabilidade surgiu, como conceito social e político, em meados da década de 1970, no contexto das crises contemporâneas do mundo laboral, desde as jornadas de trabalho descontínuas, a mobilidade, e o enfrentamento ao ambiente, traços ainda muito presentes na atualidade (OVIEDO E CZERESNIA, 2015).

Segundo Oviedo e Czeresnia (2015) “explorar a experiência de vulnerabilidade diz respeito a ‘algo’ que desafia a capacidade de o vivente afirmar-se no mundo”. Assim, a

vulnerabilidade passa a ser compreendida como uma condição de quem é negligenciado, posto à margem das condições mínimas de vida e, por conseguinte, é “invisível” ao mundo. Para o indivíduo ser visto como parte atuante da sociedade, na lógica capitalista industrial, é necessário que seja um cidadão contribuinte com sua força de trabalho, pague seus impostos; o ‘ser’ é ‘ter’.

A vulnerabilidade pode ser entendida, então, como aquele que está vulnerável às exigências sociais, políticas e econômicas e, portanto, não tem condições para exercer sua cidadania. Sob essa ótica, entende-se a Psicologia como fortalecedora de subjetividades, incentivando o protagonismo e autonomia dos sujeitos e famílias.

Através da análise dos prontuários foi possível constatar que 47,06% das famílias cadastradas no PAIF, atualmente, não se encaixam no perfil do usuário para o Programa, no que se refere aos fatores de vulnerabilidade explorados anteriormente, ou seja, não estão em situação nula ou precárias de sobrevivência, não possuem seus vínculos familiares e comunitários fragilizados e possuem acesso aos serviços da rede. Por outro lado, 52,94% das famílias cadastradas no Programa apresentam as condições necessárias para estarem incluídas no PAIF, no entanto, o planejamento e acompanhamento necessários não são realizados, o que impossibilita o andamento das estratégias de protagonismo e autonomia.

A Psicologia, portanto, vem a somar na execução do PAIF, pois proporciona a apreensão dos fenômenos humanos articulados ao seu contexto social e comunitário, de modo a dirimir as vulnerabilidades das famílias acompanhadas pelo CRAS.

CONCLUSÃO

Para analisar os dados obtidos nesse trabalho, vale reiterar que foram encontrados prontuários com informações incompletas, alterando desse modo a análise dos dados das categorias pesquisadas. Para caracterizarmos o perfil da família cadastrada no PAIF nessa unidade destacaremos alguns pontos mais expressivos, levando em consideração, quando se fizer necessário os demais elementos importantes para a análise do ponto de vista social.

Adentrando nas análises quantitativas, destacam-se os seguintes pontos: predominância de famílias inseridas no Programa através da livre procura ao serviço, demanda espontânea, para solicitar ou receber benefícios eventuais; mais da metade das famílias residem em área urbana, próxima ao CRAS, a maioria das famílias residem em casas próprias, com destaque para um quantitativo significativo de famílias residindo em casas cedidas; a composição familiar predominante é de 3 a 5 moradores sobrevivendo com renda mensal familiar de menos de 1 salário mínimo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. **DataSUS**. 2015. Bolsa Família. Disponível em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>. Acesso em 27/09/2015.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 2013. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, p. 9-31.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2013. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília.

Cabe dar destaque aos fatores de vulnerabilidade ligados às condições de trabalho e renda, que chamaram a atenção devido ao alto índice de famílias em situações precárias de rendimento mensal, 72%, o que se articula aos achados da renda familiar mensal, que demonstra que 53% das famílias que fazem parte da amostra deste estudo recebem menos de 1 salário mínimo.

Além disso, cabe dar destaque as informações incompletas em grande parte dos prontuários e, principalmente no que tange ao Planejamento e evolução do acompanhamento familiar, o que sugere que as famílias atualmente cadastradas no PAIF não estão recebendo o acompanhamento sistemático pela equipe de referência do CRAS em questão, devido a diversos fatores, que vão desde falta de recursos materiais e humanos até mesmo dificuldade de acesso às famílias, o que enfraquece o trabalho do programa.

24

Todos os autores declaram não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 2007. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo, Brasiliense; 1985.

MESSIAS, E. P. *et. al.* O papel do psicólogo nas políticas sócio-assistenciais. *In: Anais II SIMPAC*, 1, Viçosa, v. 2, p. 369-374, 2010.

OVIEDO, R. A. M; CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface: comunicação, saúde, educação**, v. 19, n. 53, p. 237-249, 2015.